



FILIADA A FENASPE

ASTAPE/RJ

 **98029-0050**

Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobras e Subsidiárias no Estado do RJ - ASTAPE-RJ - **Exemplar Gratuito**

SETEMBRO - 2026



"FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT"

Fala Presidente

Adelino Ribeiro Chaves



A luta pela redução da jornada de trabalho deve sair dos gabinetes e retomar as ruas!

Publicamos, nessa mesma coluna, ainda no mês de maio e na esteira dos debates levantados no dia internacional dos trabalhadores, a posição de nossa diretoria que abordava a necessidade de realizarmos um balanço entre os trabalhadores acerca da tática que vem sendo utilizada pela direção do movimento operário e por parlamentares da base governista na luta pelo fim da escala 6x1, ou seja, na pauta histórica da redução da jornada de trabalho.

O centro das críticas que fizemos partia do fato de que a tática utilizada por lideranças sindicais e parlamentares ligadas ao governo federal deslocou o eixo da luta que começou na internet e tomou ruas e locais de trabalho, para uma disputa parlamentar e pautada pelo calendário eleitoral. O governo Lula ao "abraçar" e tomar para si a pauta, o fez retirando o peso da pressão popular e operária, que eram justamente os elementos que

vinham forçando os parlamentares a se declararem a favor da demanda. O "abraço" ocorreu enquanto os atos de rua e dentro de shoppings e centros comerciais se espalhavam pelo país e reverberavam nas redes sociais, ao mesmo tempo que a pauta era incorporada por movimentos grevistas de operários, fazendo o apoio popular à pauta ultrapassar os 70% e pressionar parlamentares de todos os partidos a também se posicionarem a favor.

A tática utilizada pelos setores governistas para a pauta passou por arrastá-la durante todo o ano de 2025 em baixa fervura para que em 2026, um ano eleitoral, fosse elencada enquanto prioridade na luta parlamentar e pudesse render os devidos dividendos eleitorais. O esfriamento das ruas para o direcionamento a um debate mais "responsável" sobre a pauta no parlamento era exatamente o que exigiam os representantes do grande empresariado industrial e de

serviços. Essa "demanda" foi atendida pela tática governista, que abandonava o fortalecimento da pauta através da luta de massas nos locais de trabalho e nas ruas.

O 1º de maio deste ano já nos dava um forte indício de que a tática da burguesia para esfriar as ruas já rendia um importante resultado: estávamos, contraditoriamente, na iminência de garantir a aprovação de uma pauta histórica na luta dos trabalhadores – a redução da jornada, sem redução de salários –, mas o 1º de maio foi marcado por atos esvaziados e realizados de forma protocolar. O peso da data e os resquícios da pressão popular funcionaram frente aos deputados em Brasília, que, em geral, têm maior proximidade com eleitores e bases de apoio mais reduzidas em seus Estados do que os senadores, o que, naturalmente, gera maior concorrência por votos. Em 27 de maio a proposta de redução da jornada para 40h semanais e de fim da escala 6x1 foi aprovada em dois turnos na Câmara, sempre com mais de 460 votos favoráveis e cerca de 20 contrários.

Contudo, a demonstração de debilidade da pressão popular funcionou tal qual o cheiro de sangue, que, sentido pelos tubarões, precede o ataque. Os "tubarões" que comandam o Senado, e defendem os in-

teresses burgueses, entenderam rapidamente o momento oportuno. Logo que chegou ao Senado, a proposta foi direcionada a gaveta do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que passaria a atuar em dois flancos: jogar a votação para depois das eleições e negociar pautas de seu próprio interesse enquanto prometia aos governistas lhes dar uma bandeira eleitoral para ser agitada. O senador não apenas conseguiu sucesso em ambos, como anunciou o adiamento da votação em plenário, após sua aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com um sorriso de deboche no rosto. Os governistas tomaram uma rasteira que poderá custar caro aos trabalhadores do país.

A correção de rumo da luta em curso pela redução da jornada ainda pode ser realizada, sem que precisemos esperar apenas um balanço após a tragédia já acontecida. Estamos em condições piores, visto que a proposta original já foi bastante retalhada em sua primeira votação na Câmara dos Deputados, mas as lutas da classe trabalhadora não ocorrem em condições de nossa escolha. Cabe a nós, trabalhadores conscientes da justeza da luta pela redução da jornada, combater a tática dos gabinetes e retomar, já a partir deste mês de setembro, a luta pelo fim da escala 6x1 para as ruas e locais de trabalho!

PAPO RETO

CARTA PROTESTO

Por Fábio Alves de Almeida

Ingressei na Petrobras em 02/05/1978, sendo obrigado previamente a assinar o contrato com a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e, somente depois, o contrato de trabalho com a Petrobras.

Ainda nesse mesmo mês, iniciei os descontos contributivos mensais para a Petros. Aposentei-me em 21/10/2014.

Atualmente, desconto mensalmente o valor de R\$ 3.500,00 referente à contribuição normal. A partir de março de 2018, passei também a arcar com o plano de equacionamento de déficit, cujo valor hoje atinge R\$ 7.500,00 mensais.

Até a presente data, já foram descontados de mim mais de R\$ 700.000,00, exclusivamente a título de equacionamento.

Diante disso cabe o questionamento: Qual é a minha culpa - e a de tantos outros participantes que se encontram na mesma situação - pelos déficits gerados?

Seria justo imputar aos participantes, que apenas contribuíram regularmente mês a mês, a responsabilidade por maus investimentos, gestão temerária ou eventuais desvios?

Não deveriam a Petros e a Petrobras, enquanto gestoras e patrocinadoras do plano, responder por tais decisões e consequências, em vez de transferir integralmente esse ônus aos aposentados e pensionistas?

Manifestação convocada pela FNP reuniu centenas de trabalhadores no Rio de Janeiro para cobrar o fim dos PEDs na Petros, novo plano de cargos, PLR máxima e linear, defesa do teletrabalho e cumprimento integral do ACT

Centenas de petroleiros e petroleiras da ativa, aposentados e pensionistas ocuparam a calçada e o entorno do Edifício Senado (Edisen), uma das sedes administrativas da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro, no último dia 25 de agosto, a partir das 10h.

Sob o lema “Magda, menos acionista, mais ativo, aposentado e pensionista”, a categoria protestou contra a política de distribuição bilionária e recorde de dividendos aos acionistas privados, que contrasta diretamente com o arrocho, a perda de direitos e o descumprimento de cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) por parte da gestão da empresa.

A manifestação foi convocada pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e seus quatro sindicatos filiados — Sindipetro-RJ, Sindipetro-LP, Sindipetro Amazônia e Sindipetro AL/SE.

O ato ganhou ainda mais força e unidade com a chegada de caravanas organizadas pelo Sindipetro-NF (ligado à FUP), vindas de Campos dos Goytacazes e Macaé, além da presença espontânea de trabalhadores e aposentados vindos voluntariamente de diversas regiões do país.

Em resposta à forte mobilização dos trabalhadores, a direção da Petrobras cercou as imediações da Avenida Henrique Valadares com um expressivo contingente da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar.

Solução imediata para a Petros e o fim dos equacionamentos

No centro das reivindicações esteve a exigência do fim imediato dos Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs) da Petros. Aposentados e pensionistas denunciaram, em uníssono, o peso insustentável dos descontos mensais nos contracheques, que corroem a renda familiar há quase uma década.

A categoria exige que a Petrobras assuma suas dívidas históricas com o fundo de pensão e realize o aporte financeiro necessário para estancar a sangria.

Os manifestantes cobraram avanços concretos junto à Comissão Quadripartite e a ida ao Tribunal de Contas da União (TCU) para cancelar a solução definitiva.

“Há um compromisso formal assumido pela presidente Magda Chambriard, no acordo coletivo assinado em dezembro, de protocolar o requerimento para levarmos o aporte financeiro à mediação no TCU. Isso não é favor, é um compromisso que ela e o governo federal têm a obrigação de cumprir”, cobrou Adaedson Costa, secretário-geral da FNP.

O impacto da indefinição sobre os aposentados, pensionistas e também o pessoal da ativa foi alertado pelas lideranças sindicais:

“As dívidas que a Petrobras acumula com a Petros estão massacrando nossos aposenta-

dos e pensionistas. Essa atual gestão, a exemplo das anteriores, não coloca as cartas na mesa de forma transparente para dizer quando e de quanto será o aporte no PPSP-1. Esse descaso é um alerta direto para quem está na ativa, pois o nosso patrimônio previdenciário está na mesma fundação”, pontuou Eduardo Henrique, também secretário-geral da FNP.

A força da mobilização e independência de classe

Mesmo com a aproximação das eleições gerais de outubro, a categoria petroleira deixou claro no ato que seus direitos dependem, primordialmente, da força da sua própria mobilização, e não de concessões institucionais ou patronais.

“Não percamos a esperança e nem a combatividade em relação aos PEDs. Já se passaram três anos de desgaste intenso, atos e acampamentos em frente ao Edisen. Mas essa é a história de resistência da classe trabalhadora no Brasil. Não daremos um passo atrás. Seguiremos com firmeza e mobilização até arrancar aquilo que nos pertence por direito”, concluiu Adaedson.

Ao final, já por volta das 14 horas, os petroleiros e petroleiras confraternizaram com churrasco e roda de samba, ainda na calçada do Edisen.

Fonte: Enio Lourenço, jornalista da FNP / texto completo no site da FNP

47 ANOS DA LEI DE ANISTIA

VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A aprovação da Lei de Anistia em 28 de agosto de 1979 foi resultado de uma longa e corajosa mobilização da sociedade brasileira: familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, movimentos sociais, organizações de direitos humanos, movimentos estudantis, sindicatos, setores da igreja católica e forças democráticas pressionaram pelo retorno dos exilados, pela libertação dos presos e presos políticos e pela reconstrução das liberdades democráticas.

47 anos depois, a Lei de Anistia pode ser compreendida a partir de uma dupla dimensão, de um lado, ela foi uma conquista da luta democrática, de outro a interpretação que estendeu a anistia aos agentes do Estado responsáveis por graves violações de direitos humanos tornou-se um dos principais obstáculos para a plena realização da justiça de transição brasileira.

A anistia teve uma importância concreta para a abertura política, ela possibilitou o retorno dos brasileiros e brasileiras que estavam exiliados, a recuperação de direitos políticos e a reintegração de pessoas afastadas de seus empregos e funções públicas por perseguição política e foi conquistada pela luta da sociedade brasileira, a anistia foi uma etapa de um processo muito maior, que envolveu a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, a luta sindical, a reorganização partidária, a campanha das Diretas Já e, posteriormente a Constituição Federal de 1988.

Lembrar os 47 anos da Lei

de Anistia é também reconhecer aqueles e aquelas que lutaram contra o autoritarismo e pagaram um preço pessoal, familiar e profissional por defender a democracia. Memória é compromisso democrático é o primeiro pilar da justiça de transição. Memória não significa apenas preservar fotografias, documentos ou nomes, significa reconhecer publicamente aquilo que aconteceu e garantir que as novas gerações saibam que a democracia brasileira foi construída também por pessoas que enfrentaram prisão, tortura, perseguição, cassação, exílio, desaparecimento e morte.

A memória também precisa incorporar grupos historicamente silenciados: mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, camponeses, indígenas, população negra e outros segmentos atingidos pela violência de Estado.

Memória é olhar para o passado para defender o presente e impedir que o autoritarismo volte a se apresentar como solução.

Verdade – segundo pilar da justiça de transição: é o direito de saber o que aconteceu. As famílias dos mortos e desaparecidos tem o direito de saber onde estão seus familiares, como morreram, quem participou das operações e quais instituições do Estado estiveram envolvidas, mas o direito à verdade pertence também à sociedade. A verdade histórica é fundamental porque não existe democracia sólida quando uma sociedade desconhece – ou escolhe esquecer –

os mecanismos utilizados para destruir a democracia anterior. Por isso a importância dos arquivos públicos, documentos, testemunhos, pesquisas, museus, memoriais e educação em direitos humanos são instrumentos de democracia.

Justiça: o pilar que continua incompleto – é aqui que aprece uma das maiores contradições da justiça de transição brasileira. A Corte Interamericana de Direitos humanos, no caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia), decidiu que as disposições da Lei de Anistia que impedem a investigação e a punição de graves violações de direitos humanos não podem produzir efeitos jurídicos para impedir a responsabilização dos autores. Essa interpretação é fundamental para compreender o debate atual: anistia não pode significar esquecimento; anistia não pode significar apagamento da verdade. E, para o direito internacional dos direitos humanos, graves violações não podem ser protegidas pela impunidade.

E o tema continua juridicamente aberto: em 2025, o STF reconheceu repercussão geral em recurso que discutem justamente a recepção da Lei 6.683/1979 em relação a crimes permanentes e graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura. Em agosto de 2026, esses temas ainda não tiveram julgamento de mérito definitivo pelo Plenário. O que demonstra que 47 anos depois, a discussão sobre justiça e responsabilização continua sendo uma questão

viva da democracia brasileira.

O quarto pilar da justiça de transição é a Reparação – reconhecer a vítima e a responsabilidade do Estado. Reparar não significa simplesmente pagar uma indenização. A Reparação envolve o reconhecimento oficial de que uma pessoa foi perseguida, presa, torturada, cassada, demitida, exilada ou teve sua vida destruída pela ação do Estado.

Também envolve a reparação moral, reconstrução da memória, preservação dos lugares de memória, localização dos desaparecidos e desaparecidas e apoio às famílias. A criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, pela Lei nº 9.140/1995 e restabelecida em 2024, foi um marco nesse processo de reconhecimento oficial das vítimas permitindo reparações aos familiares.

Democracia não é uma conquista definitiva, é uma construção permanente. Ela precisa ser defendida todos os dias, pelas instituições e, principalmente, pela sociedade.

Toda essa trajetória da Comissão de Anistia precisa ser resgatada e fortalecida.

Depois de 47 anos devemos perguntar – o que ainda falta fazer para que a transição democrática brasileira seja verdadeiramente completa?

28 de agosto de 2026.

Fonte: Interlocutores da luta pela anistia / texto na íntegra na página da ASTAPE/RJ

Aniversariantes mês de SETEMBRO / 2026

Anilda Da Silva Macena	19/09/2026
Carlos Alberto Marques Da Silva	08/09/2026
Damiana Silva Dos Santos	26/09/2026
Edwiges Brito Coimbra	26/09/2026
Genobre Gomes Lima	08/09/2026
Ivan Ferreira Barros	28/09/2026
Jane Oliveira Da Conceição Costa	07/09/2026
Jatiniel Jeronimo	25/09/2026
Magna Da Silva Rold	02/09/2026
Maria De Fatima Da Silva Morães	21/09/2026
Marinho Ferreira Lisboa	04/09/2026
Nelma Maria Antunes Vianna	10/09/2026
Raimunda Ferreira De Araujo	05/09/2026
Ruy Fernandes	01/09/2026
Sonia Maria Saldanha Cariuns Ferreira	17/09/2026
Zilma Madeira	16/09/2026

OBITUÁRIOS

É com muito pesar que noticiamos este falecimento.
A Diretoria da ASTAPE/RJ e seus associados
comungam com a dor de seus familiares.

Maria Ilza dos Santos Oiveira ☆ 25/02/1941 † 03/09/2026



**Associação dos Trabalhadores Aposentados,
Pensionistas e Anistiados da Petrobras
e Subsidiárias no Estado do RJ**

Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE/RJ

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

PRESIDENTE DE HONRA: JOÃO CARLOS ARAUJO SANTOS

PRESIDENTE
ADELINO RIBEIRO CHAVES

1º TESOUREIRO
GENOBRE GOMES LIMA

DIRETOR PATRIMÔNIO
MOISES BENGALY

VICE-PRESIDENTE
NILTON PEIXOTO DE ANDRADE

2º TESOUREIRO
CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA

CONSELHO FISCAL
DJALMA DE FREITAS
MOACIR FERREIRA DE LIMA
JOSÉ RODRIGUES DA SILVA

1º SECRETÁRIO
LUIZ CARLOS MARTINS DE SOUZA

DIRETOR / PROCURADOR
MARIA DE LOURDES INACIA S. CARDOZO

REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO
GUNTHER SACIC

2º SECRETÁRIO
PEDRO RIBEIRO DA SILVA

DIRETOR SOCIAL
MARIA NAZARÉ COSTA FREITAS

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 a 404/501/503 - CEP: 25010-001
Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 - Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br
Sede Campestre: Rua A, 290 - Leque Azul - Mauá - Magé - CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS, PENSIONISTAS E ANISTIADOS DA PETROBRÁS E SUBSIDIÁRIAS NO ESTADO DO RJ - ASTAPE, situada na Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, n.º 1995 salas 401 à 404 - Centro - Duque de Caxias - RJ., convoca todos os associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no Auditório da ASTAPE no endereço acima, no dia **22 de Setembro de 2026**, às 14:00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1. Informes e Aprovação do Regimento Interno da Eleição da ASTAPE/RJ;
2. Informes sobre a ELEIÇÃO da ASTAPE/RJ Triênio 2026 à 2029;

Sem mais, agradecemos antecipadamente a presença dos companheiros(as).

Duque de Caxias, 02 de Setembro de 2026.

Adelino Ribeiro Chaves
Presidente

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS, PENSIONISTAS E ANISTIADOS DA PETROBRÁS E SUBSIDIÁRIAS NO ESTADO DO RJ - ASTAPE, situada na Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, n.º 1995 salas 401 à 404 - Centro - Duque de Caxias - RJ., convoca todos os associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no Auditório da ASTAPE no endereço acima, no dia **22 de Setembro de 2026**, às 14:30 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1. Informes aos Anistiados e Pensionistas de Anistiados sobre os processos de Anistia;
2. Informes aos Anistiados e Pensionistas de Anistiados sobre o Processo de Danos Morais;
3. Informes sobre o ACT/PETROBRÁS/ANO 2026 - REAJUSTE SALARIAL;
4. Assuntos Gerais.

Sem mais, agradecemos antecipadamente a presença dos companheiros(as).

Duque de Caxias, 02 de Setembro de 2026.

Adelino Ribeiro Chaves
Presidente

COMUNICADO IMPORTANTE AOS ASSOCIADOS

A Diretoria da ASTAPE/RJ procurando solucionar o problema de Assistência Funeral aos seus associados e preocupados com esta perca assistencial que nos foi imposto, por isso, fechamos novo Aditivo Contratual de Prestação de Serviço de ASSISTÊNCIA FUNERAL junto a RIO PAX para os novos associados a partir de OUTUBRO/2018. Pedimos aos associados(as) que estiverem quites com sua mensalidade junto a ASTAPE/RJ, que nos envie o **nome completo**, cópia da **carteira de Identidade e CPF** do seu **CONJUGE (esposo(a), companheiro(a))**.

De acordo com a faixa etária conforme Aditivo contratual o associado(as) poderá incluir seus dependentes, nos enviando cópia dos documentos acima. Aqueles que já fizeram a inclusão de seus dependentes, favor desconsiderar o aviso.

Informamos a todos os Associados(as), os números dos telefones da ASSISTENCIA FUNERAL RIO PAX, (Central de Atendimento) 08007261100 e (21) 2187-1100, (24 horas) 08002825672 e (21) 2252-1000.

Maiores informações procurem a ASTAPE.

Atenciosamente.

Adelino Ribeiro Chaves
Presidente

DIAGRAMAÇÃO



Admilson Trajano
99867-7755
www.admilsontrajano.com
admilsontrajano@gmail.com